



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO  
Secretaria-Executiva  
Departamento de Órgãos Extintos

**REQUERIMENTO  
ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA**

Solicito **isenção do pagamento do Imposto de Renda**, em conformidade com o disposto no inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988:

**1. Dados do Requerente**

Nome completo*:			
Nome social (Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016):			
Data de nascimento*:	CPF*:	RG*:	
Matrícula SIAPE*:	Cargo*:	Classe*:	Padrão*:
Endereço completo*:			
Bairro*:			
Cidade*:		UF*:	CEP*:
Telefone residencial: ( )		Celular*:( )	
E-mail*:			

\* preenchimento obrigatório

**2. Procurador/Curador**

Em caso de apresentação de requerimento por procurador ou curador, informar:

Nome completo*:	
CPF*:	RG/OAB*:
Telefone: ( )	Celular*:( )
E-mail*:	

\* preenchimento obrigatório

**3. Documentos que deverão ser anexados a este requerimento**

a) Cópia dos Exames médicos
b) Comprovante de residência
c) Cópia do Laudo médico (para os casos de aposentadoria por invalidez)
d) Cópia de demais documentos que comprovem a constatação da doença grave prevista na Lei 7.713/88
d) Procuração/Certidão de Curatela (se requerimento apresentado por procurador/curador)

**4. Declaração**

Declaro, para fins de concessão da isenção de imposto de renda, que em relação a:

<b>Veracidade das informações:</b>
( ) As informações ora prestadas são verdadeiras, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal, conforme Art. 299 do Código Penal Brasileiro (falsidade ideológica).

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

(Local e data)

\_\_\_\_\_

(Assinatura)

**Informações complementares:**

**Nome social (Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016)**

Fica assegurado aos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais. Parágrafo único. Entende-se por nome social aquele pelo qual essas pessoas se identificam e são identificadas pela sociedade.

**Perícia**

O Servidor (a) / Pensionista deverá, necessariamente, realizar avaliação pericial por junta médica oficial, a ser designada pelo DEPEX.

**Art. 6 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988**

Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

Inciso XIV: os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos **portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida**, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.